

**A leitura das ações do Estado-Providência nas Mensagens do Governo potiguar na
Primeira República**
**The reading of the State-Providence actions in the Messages of the Government potiguar
in the First Republic**

Anna Gabriella de Souza Cordeiro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: gabriellacordeiro@hotmail.com

Recebido: 18/05/2018 – Aceito: 28/05/2018

Resumo

No decurso da Primeira República, o Rio Grande do Norte viveu forte influência dos ideais do Estado-Providência, onde a instrução pública figurou como uma das principais medidas adotadas para a realização de um novo processo civilizador, pautado nos ideais positivistas de ordem e progresso, conforme Alfredo Bosi. O corpus documental estudado pertence à categoria das fontes históricas oficiais, de modo que as Mensagens do Governo foram percebidas enquanto produto da Elite Cultural que governava o Estado. Para Jean-François Sirinelli, as Elites Culturais são dotadas de poder, influência e notoriedade. Nesse sentido, objetiva-se pesquisar a atuação do Estado-Providência no desenvolvimento do ensino na Primeira República, a partir das discussões da Elite Cultural presentes nas Mensagens anuais da administração pública potiguar. Em um primeiro momento, o ensino ofertado foi duramente criticado. Entretanto, foi observado que a partir do ano de 1907, este panorama começou a se transformar com a autorização para a Reforma do Ensino e a criação dos Grupos Escolares, o que fomentou um novo impulso progressista que resultou na consolidação da cultura escolar no Rio Grande do Norte, de acordo com os moldes propostos por Dominique Julia. Já no último ano estudado, o ensino foi aclamado pela sua eficiência. Por fim, conclui-se que nas falas das Elites Culturais governantes, a situação da educação ofertada pelo Estado evoluiu consideravelmente no decurso da Primeira República, graças à ação decisiva do Estado-Providência.

Palavras-chave: Instrução pública; Elites Culturais; História da Educação; História Política.

Abstract

In the course of the first republic, the Rio Grande do Norte lived a strong influence of the ideals of the Providence State, where public education was one of the main measures adopted to carry out a new civilizing process, based on positivist ideals of order and progress, as Alfredo Bosi. The documentary corpus studied belongs to the category of official historical sources, so that the Messages of the Government were perceived as a product of the Cultural Elite that ruled the State. To Jean-François Sirinelli, the Cultural Elites are endowed with power, influence and notoriety. In this sense, the objective is to investigate the role of the welfare state in the development of education in the First Republic, based on the discussions of the Cultural Elite present in the annual messages of the potiguar public administration. At first, the teaching offered was harshly criticized. However, it was observed that from 1907 onwards this scenario began to change with the authorization of the Reform of Education and the School Groups were created, which fostered a new progressive resulted in the consolidation of the school culture in Rio Grande do Norte, according to the molds proposed by Dominique Julia. Already in the last year studied, teaching was acclaimed for its efficiency. Finally, it can be concluded that in the speeches of the ruling Cultural Elites, the education situation offered by the State evolved considerably during the First Republic, thanks to the decisive action of the welfare state.

Keywords: Public Instruction; Cultural Elites; History of Education; Political History.

1. Introdução

A presente pesquisa está inserida no campo da história da educação, articulando-se com a história cultural e a história política, o recorte temporal refere-se ao período da Primeira República, que compreende os anos de 1889 a 1930, e o recorte espacial limita-se ao estado do Rio Grande do Norte. Nesse cenário, o referido Estado viveu forte influência dos ideais do Estado-Providência, onde a instrução pública figurou como uma das principais medidas adotadas para a realização de um novo processo civilizador, pautado nos ideais positivistas de ordem e progresso.

Nesse sentido, objetiva-se pesquisar a atuação do Estado-Providência no desenvolvimento do ensino na Primeira República, a partir das discussões da Elite Cultural presentes nas Mensagens anuais da administração pública potiguar. Para tanto, o corpus documental estudado pertence à categoria das fontes históricas oficiais, de modo que as

Mensagens da administração pública foram percebidas enquanto produto da Elite Cultural que governava o Estado. Entende-se que os Presidentes do Estado e os Diretores Gerais da Instrução Pública/Diretores do Departamento de Educação são os personagens que melhor representavam as Elites Culturais no RN.

No primeiro momento, busca-se desenvolver o arcabouço teórico que norteou este trabalho, pautado no pensamento de Roger Chartier, René Rémond, Jean-François Sirinelli, Dominique Julia e Alfredo Bosi. Posteriormente, foi elaborada uma leitura histórica da atuação das elites culturais potiguares no âmbito educacional com base nas Mensagens do governo do Rio Grande do Norte.

2. As Elites Culturais e o Estado-Providência

No final do século XIX, quando a República se impôs ao Império, as transformações ocorridas no Brasil não foram apenas políticas, como também imagético-culturais. Deste modo, o período subsequente ao Império, que compreende os anos entre 1889 e 1930, ficou conhecido como Primeira República. Este recorte temporal faz referência a uma abordagem da história política.

O desenvolvimento da História Cultural implicou em um modo inovador de conceber a cultura no âmbito histórico, com base no conjunto de significados compartilhados e elaborados pela sociedade para explicar a si mesma e o mundo. Nesta perspectiva, Roger Chartier esclareceu que “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 17). Assim, a reorganização dos estudos históricos, no que tange às classificações, divisões e delimitações, favorecem o entendimento do fenômeno social a partir da organização de categorias de análise capazes de fomentar a percepção e a apreensão do que se entende como real. Ainda propõe-se o estudo dos esquemas intelectuais como constituintes da realidade social.

No contexto historiográfico anterior, ou seja, no período de hegemonia da Escola dos Annales, a História Política sofreu inúmeras críticas, de acordo com René Rémond, esta era tida como “Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia todos os defeitos do gênero da história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência” (2003, p. 18). Vista deste modo pela geração dos Annales, a história política

arcou com as consequências da renovação dos estudos históricos, academicamente passou a ser considerada enquanto um modo de fazer histórico obsoleto e retrógrado.

No Antigo Regime, a história era naturalmente ordenada tendo em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia. As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação [...] (RÉMOND, 2003, p. 15).

Assim sendo, a história política, mesmo com as transformações sociais que derrubaram os regimes monárquicos, não alterou o seu *savoir-faire*, apenas houve uma transição do seu objeto. O que fomentou o desvio dos estudos históricos, que anteriormente eram voltados para as questões que envolviam os tronos e as dominações, para o estudo no qual as sociedades são objeto primordial de investigação, ante este ideário surgiram as mentalidades, o povo, os marginais, os esquecidos da história, aonde se encontrava a “verdadeira” história. Uma vez que, os historiadores políticos tendiam a isolar “arbitrariamente os protagonistas das multidões, travestia a realidade e enganava o leitor” (RÉMOND, 2003, p. 20). O que resultou em uma quase interdição dos estudos do Estado, esboçada não apenas no campo historiográfico, como igualmente foi influenciada por todo um campo de construção imagética que perpassa por sociólogos como Alain Touraine e por escritores como Liev Tolstoi.

O retorno da história política ao cenário historiográfico recente, promovido pelos avanços epistemológicos que culminaram na ascensão da Nova História Cultural, é explicado por Rémond, a partir da expansão das atribuições do Estado e de uma renovação historiográfica promovida pela reflexão crítica no âmbito da disciplina. O Estado tem exercido uma participação efetiva em diversos setores da sociedade, que abrange: as relações internacionais, a economia, a saúde pública e a educação, tudo passa pela autoridade organizativa deste pacto social. De maneira que não dá para explicar o Crash da Bolsa de Valores de Nova York e a recuperação orquestrada pelo New Deal, as Grandes Guerras Mundiais, as zonas de livre comércio¹ e a constituição das culturas escolares, sem considerar a atuação decisiva do Estado. Nesse sentido, pode-se então afirmar que o campo político tem vivenciado uma considerável expansão.

¹ Como o Mercosul e a União Europeia.

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política (RÉMOND, 2003, p. 24).

Destarte, a história política não deve ser considerada enquanto uma simples relação de forças que atuam, arbitrária e superficialmente, no contexto social. Este ramo da história é detentor de uma multiplicidade de sentidos e de abordagens, o que incitou o desenvolvimento desta pesquisa, que pauta-se no estudo do ensino Norte-RioGrandense, tendo por base as Mensagens do Governo no decurso da Primeira República.

Para entender este momento histórico, é de suma importância a concepção de Estado-Providência. De acordo com Alfredo Bosi (1992), no Estado-Providência a instrução pública figurou como uma das principais medidas adotadas para a construção de um novo Estado, pautado na ordem e no progresso. No Estado-Providência, a educação viria a contribuir para o fortalecimento do novo regime, pautado nos ideais positivistas de “ordem e progresso”.

A educação passa a ser vista como um novo projeto político capaz de modernizar as práticas sociais, que tinha como objetivo a realização de uma profunda transformação cultural no Brasil. Na “Arqueologia do Estado-Providência”, Alfredo Bosi entende que os ideais do positivismo influenciaram na extrema valorização da instrução gratuita e leiga, que foi abordada insistentemente nos discursos políticos no período da Primeira República. Para o autor, o Estado-Providência foi representado, no âmbito do discurso, pela “fé inabalável na ciência como fatora do progresso e na educação como a sua vida real” (BOSI, 1992, p. 300). A atuação do Estado no campo educacional foi decisiva para o desenvolvimento da instrução pública, pensamento este que é corroborado pelas palavras de Nestor Lima.

A proclamação da República, instituindo no Brasil, o regimen democrático representativo, veio encher de esperanças os espíritos apaixonados pelo problema da educação, que descobriram na nova forma de organização e de governo a solução do magno assumpto, que tão intima e visceralmente interessa á collectividade nacional nos seus fundamentos essenciaes (LIMA, 1927, p. 133).

No texto “A escola da Ordem e do Progresso”, Inês Stamatto afirma que “O ideário republicano, destacando ao máximo a educação como um dos seus pilares, transformando-a em um dos seus símbolos, apropriou-se da instituição escolar como se fosse uma conquista para o povo brasileiro realizada pela República” (STAMATTO, 2005, p. 82). Conforme aponta a autora, existem muitas críticas com relação ao alcance deste, tão aclamado,

desenvolvimento educacional, entretanto, cabe lembrar aqui que, foi justamente neste período que se consolidou a cultura escolar no Rio Grande do Norte.

Para a compreensão do conceito de cultura escolar, destaca-se a obra do historiador Dominique Julia. Para o autor a cultura escolar, dentro de uma abordagem histórica, atua como sendo uma mescla de normas e práticas, aquelas “que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar” e como um conjunto “que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação de comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). Tendo a cultura escolar como objeto da historiografia, este autor estabelece que a escola, em sua relação com a sociedade, tem uma história que não é muito diferente da história de outras instituições, por isso é detentora de uma cultura própria.

Assim, a cultura escolar evidencia que a escola não é somente um lugar de transmissão de conhecimentos, mas, detém em seu âmbito relações sociais específicas e hierarquizadas, influenciadas por fatores internos e externos a ela. A existência de três elementos é fundamental para que se possa constatar a existência de uma cultura escolar em uma determinada localidade, são eles: a construção de edifícios apropriados para as escolas, a implantação dos cursos em níveis e a presença de uma gama de profissionais para compor a instituição de ensino. Com base nestes pressupostos, entende-se que no decurso da Primeira República é que o Rio Grande do Norte, efetivamente, terá uma cultura escolar.

Os representantes do Estado-Providência, por sua vez, podem ser considerados enquanto Elites Culturais. Para Jean-François Sirinelli, a atenção dada à história dos intelectuais favoreceu a composição de um novo campo historiográfico, localizado justamente na “encruzilhada do cultural e do político”² (1998, p. 259). Por esta posição limítrofe, a história dos intelectuais, mais precisamente das elites culturais, ligou-se à história política, no momento em que esta retornava ao cenário historiográfico, e à nascente Nova História Cultural.

² Na obra *Os Intelectuais*, Sirinelli situa a história dos intelectuais “no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232), ou seja, amplia ainda mais a abrangência e relaciona-se com esta pesquisa que se propõe na terceira margem, em conformidade com o pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em *História: a arte de inventar o passado*. Esta ligação com diversas vertentes historiográficas enriquece as pesquisas realizadas por esta perspectiva, ao mesmo tempo impõe diversos desafios ao historiador.

No contexto político/educacional do estado do Rio Grande do Norte, no final do século XIX e no início do século XX, os representantes do Estado-Providência adquiriram considerável popularidade por sua atuação no âmbito educacional. Neste período observa-se, não apenas no Brasil, mas, em todo o mundo, o surgimento das ditas elites culturais. Este fenômeno corresponde a uma realidade histórica, que foi influenciada por várias transformações no contexto imagético-cultural das sociedades de então.

Por um lado, no fim do século XIX verifica-se uma grande mutação cultural. As leis escolares, como é evidente, desempenham aí o seu papel, mas também o desenvolvimento geográfico provocado por uma rede ferroviária cada vez mais densa, a abertura e a mistura sociológicas operadas pelo serviço militar e pela implantação cada vez mais profunda da imprensa cotidiana. (SIRINELLI, 1998, p. 263)

Deste modo, os agentes culturais transformaram as realidades nacionais e aumentaram, consideravelmente, em número e estatuto. Será durante a Primeira República, no Brasil, que “assiste-se, com efeito, ao aparecimento do intelectual, como figura na cena política, e à sua rápida multiplicação. As elites culturais ganham então espessura no plano estatístico e voz no plano cívico”. (SIRINELLI, 1998, p. 263) Essas elites culturais, a partir de seu estatuto, adquiriram um lugar social privilegiado que fomentou a circulação de suas ideias. No campo deste estrato social, predominava o sentimento de que estavam habilitados para atuar, diretamente, na defesa das grandes causas, eram reconhecidos socialmente para possibilitar tal atuação.

De acordo com Sidney Chalhoub (1996), o rompimento com o passado e a busca pela modernidade gerou uma oposição entre a “barbárie colonial” e a “civilização”. A adquirida relevância de conceitos como civilização, ordem, progresso, dentre outros, eram as palavras de ordem das elites que buscavam colocar o Brasil e o Rio Grande do Norte no “caminho da civilização”. Para tanto, a educação foi um dos principais meios encontrados para civilizar a população. Eis aí a notória importância do Estado enquanto instrumento que possibilitou a ação política dessas elites culturais e ampliou significativamente o alcance e a possibilidade de desenvolvimento dos seus objetivos. Apesar de ser evidente a participação desta elite cultural na conjuntura política, não se pode afirmar que ela não era influenciada pelo aspecto imagético-cultural da sociedade e de seu tempo, uma vez que o fator cultural está incluído, inclusive lexicamente, neste conceito de elite.

Por um lado, as elites culturais, mesmo quando seja legítimo isolá-las para efeitos de análise, não existem como entidades autônomas, em posição de extraterritorialidade. Estão, pelo contrário, ligadas à sociedade que as rodeia

e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes conferem uma identidade (SIRINELLI, 1998, p. 264).

As elites culturais são detentoras de uma identidade e de um papel social, promovem a circulação e a transmissão de suas ideias, de modo que são na mesma medida, um reflexo da sociedade de seu pertencimento, sociedade esta que se apropria imagetivamente dos seus discursos. Ao dar destaque ao papel da escola, parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento da instrução estava atrelado à valorização legitimadora do diploma na manutenção da dominação. Na transição do Império para a República, no Brasil, basta recordar o Decreto Nº 6, de 19 de novembro de 1889, que foi acolhido pela Constituição de 1891 e que impedia os analfabetos de exercerem a cidadania política através do voto. De maneira que, só estava apto a votar, o cidadão que comprovadamente soubesse ler e escrever.

Sirinelli (1998) enfatiza que o papel da escola foi determinante, tanto como um instrumento de promoção social, quanto como um meio de reprodução das classes dominantes, o que revela o caráter controverso da educação. Contudo, é fato que o recrutamento promovido pela instrução foi um dos grandes fornecedores das elites culturais que governaram o Rio Grande do Norte. Basta citar a forte influência exercida pela Faculdade de Direito de Recife na formação da grande maioria dos governantes potiguares que terão suas mensagens estudadas nesta pesquisa.

Ressaltada a influência da formação intelectual na constituição dessas elites culturais, é válido ainda destacar o lugar social de fala e sua concentração geográfica. No caso desta pesquisa, busca-se estudar a elite cultural que governou o Rio Grande do Norte, considerado como uma região periférica, longe da centralidade exercida pela Capital Federal da época (Rio de Janeiro) e do centro comercial/cultural (São Paulo). A influência destas centralidades se faz sentir nos discursos proferidos pelos políticos potiguares no exercício de seu poder local, contudo, eles também expressam as necessidades e particularidades do Rio Grande do Norte. Como é possível vislumbrar na Mensagem proferida pelo Presidente do Estado Ferreira Chaves, no ano de 1899.

As obras do homem, o Estado mesmo não são senão formações relativas: cada Estado particular é soberano no domínio de seus interesses próprios; do mesmo modo que a União o é no domínio dos interesses comuns. Assim, por exemplo, pertence ao Estado Geral tudo o que é relativo á política externa; como constitue principal atribuição do Estado particular o que se refere á administração interna (MENSAGEM, 1899, p. 6).

Segundo Sirinelli, “Seja como for, a centralização é igualmente política e induz, portanto, um outro elemento a considerar numa história das elites culturais: as relações entre o poder público e estas elites, nacionais ou regionais” (1998, p. 273). Para entender a atuação política destas elites culturais na constituição da cultura escolar potiguar na Primeira República, pauta-se então nas ações explicitadas nas mensagens anuais divulgadas pelo Governo Estadual no âmbito da educação.

Um estudo da ação do Estado no domínio cultural não deixa também de ser necessário. Porque se, como vimos, essas elites culturais se definem especialmente pelo seu poder de influência, isto é, de ressonância e de amplificação, seria também necessário poder avaliar essa influência nas “tomadas de decisão” em matéria cultural (SIRINELLI, 1998, p. 273-274).

Destarte, reconhecer a atuação do Estado no campo cultural e a influência exercida pelas elites culturais é de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho, tendo em vista que a educação era uma das bandeiras defendidas pelo Estado-Providência. As Mensagens governamentais foram escolhidas pelo fato de tratarem da totalidade dos assuntos referentes à educação e à cultura escolar. Abordam desde a necessidade de elaboração/reelaboração das legislações educacionais, a situação das matrículas e frequências, a importância da inspeção do ensino, os Conselhos Escolares, a atividade docente e seus vencimentos, a situação de todas as modalidades de ensino ofertado, o dever patriótico das instituições escolares, o orçamento destinado para a instrução, as estatísticas do ensino, dentre outros.

3. A leitura das ações da Elite Cultural nas Mensagens do Governo

No dia 15 de novembro de 1889 é implantado o regime republicano no Brasil. Os anos iniciais da República foram marcados pela instabilidade política em todo o território nacional, e, no Rio Grande do Norte não foi diferente. Os desacordos existentes entre a elite local, os novos administradores estaduais e o poder central³ geraram conflitos, uma vez que a proclamação da República representava a oportunidade de romper com o centralismo imperial, ou, com o centralismo de modo geral. Por esse motivo, os primeiros anos da República ficaram marcados pela intensa instabilidade vivenciada na política das antigas províncias. Diante desta perspectiva, o historiador Almir Bueno revela que “de novembro de 1889 a fevereiro de 1892, o Rio Grande do Norte teve, ao sabor das conjunturas, onze administrações diferentes” (2016, p. 122).

³ Que precisava se consolidar em todo o território nacional.

Com o Decreto nº 7 do dia 20 de novembro de 1889, o Governo Provisório decidiu que os governadores para desempenhariam as funções executivas e legislativas (BRASIL, 1889). Os Estados brasileiros se tornavam autônomos nos quesitos que compreendem a tributação, desapropriação e instrução pública, no entanto conservavam a força pública sob o Governo Federal, garantindo a unidade nacional. Continuava, assim, o caráter descentralizado da questão educacional.

No dia 17 de novembro de 1889, segundo Cascudo (2010), o Presidente da Província Antônio Basílio convidou Pedro Velho para assumir a administração do, então, Estado. O que indica que não houve resistência à implantação do novo regime político. Uma comissão - composta pelo Chefe de Polícia, pelo Diretor da Instrução Pública e pelo Promotor Público - ficou encarregada de convidá-lo e “Finalmente Pedro Velho apareceu, alto, forte, formoso, para assumir. Assumiu como governador Republicano, aclamado” (CASCUDO, 2010, p. 466). A descrição romantizada de Cascudo foi capaz de revelar a importância da ruptura histórica que culminou na destituição do Império e na implantação da República, Pedro Velho foi abordado pelo autor como um representante heroico deste período. Assim, a descrição contribuiu para a inserção deste personagem histórico no imaginário do Estado.

No entanto, o primeiro governo de Pedro Velho durou apenas alguns dias. Logo, foi substituído pelo republicano paulista, nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, Adolpho Affonso da Silva Gordo. Nesse cenário de transformações, o Estado-Providência, na perspectiva de Alfredo Bosi, percebeu-se como responsável por um novo processo civilizatório. Para isso, a instrução pública passa a ter um papel importante na constituição do novo Estado-Nação e essa importância pode ser percebida através do imaginário da cultura escolar contido nas mensagens governamentais.

Na primeira Mensagem do governo republicano potiguar, Adolpho Gordo afirmou que “[...] a Instrução Publica é a base mais segura da prosperidade de um povo, e a mais fecunda de todas as medidas econômicas [...]” (MENSAGEM, 1890, p. 8). Estas palavras confirmam a importância da educação no contexto republicano, o que difere da realidade vivida no Estado. O Presidente fez uso das palavras do Diretor da Instrução Pública, o Dr. Manoel do Nascimento Castro e Silva, para revelar a situação em que se encontrava a instrução pública ofertada no Rio Grande do Norte, foi dito que “O estado da Instrução Pública enche-nos de verdadeira humilhação. Não temos escolas, como não temos professores. Não temos, enfim, instrução” (MENSAGEM, 1890, p. 8).

Ante a situação calamitosa vivida pela instrução pública potiguar, Adolpho Gordo propõe a criação de uma comissão, composta por distintos cidadãos, com o objetivo de formular um projeto de reforma do ensino. A reforma da Instrução Pública deveria compreender: a criação de uma escola normal voltada para a preparação do corpo docente; a descentralização do ensino; a garantia dos direitos do professor, principalmente no que se refere à regularidade dos salários; destinar verbas para a instrução do povo; sancionar um imposto anual para gerar um fundo escolar; criar um conselho de instrução, dentre outras medidas.

Nesse momento, é de grande importância da reforma proposta por Caetano de Campos para a Escola Normal e as Escolas-Modelo do estado São Paulo. De acordo com Reis Filho: “O princípio pedagógico que orienta o pensamento de Caetano de Campos é o da educação pública, gratuita, universal, obrigatória e laica” (1981, p. 50). Na introdução do Decreto nº 27, de 12 de março de 1890, homologado por Prudente de Moraes, enquanto Presidente do estado de São Paulo, observa-se que:

Considerando que a instrução bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que ao governo incumbe o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento ; Considerando que de todos os factores da instrução popular o mais vital, poderoso e indispensavel é a instrução primaria largamente diffundida e convenientemente ensinada ; Considerando que, sem professores bem preparados, praticamente instruidos nos modernos processos pedagogicos e com cabedal scientifico adequado ás necessidades da vida actual[...] (SÃO PAULO, Decreto nº 27, 12 de março de 1890).

Dentre as diretrizes da reforma, destaca-se a necessidade de um currículo adequado; a disposição dos alunos em diferentes graus de aprendizado; a existência de um professor para cada disciplina; a necessidade de formação adequada para os professores; o melhoramento dos salários; a implantação do cargo de diretor, dentre outras. A reforma do ensino no estado de São Paulo, de certo modo, influenciou os demais estados brasileiros. Em alguns deles, como no caso do Rio Grande do Norte, estas transformações demorariam um pouco para se tornar realidade. Contudo, é relevante entender que este ideário ecoou no imaginário da cultura escolar brasileira.

Ao retornar para realidade potiguar, faz-se imperativo avultar que Adolpho Gordo iniciou seu governo no dia 6 de novembro de 1889, este durou até o dia 8 de fevereiro de

1890. Após sua atuação, seguiram-se diversas administrações⁴, devido à situação de instabilidade política referida anteriormente. Como resultante da grande rotatividade administrativa, muitos Presidentes não chegaram a proferir Mensagens.

No ano de 1891, o Presidente do Estado Francisco Amyntas da Costa Barros, que governou o Estado de 2 de março até 13 de junho do ano de 1891, critica veementemente os resultados obtidos pela instrução pública e lastima o pesado sacrifício ao tesouro que esse ramo do serviço público utiliza. O Presidente destaca que são diversas causas que contribuem para o péssimo ensino ofertado no Rio Grande do Norte, em suas palavras:

Em geral os professores não tem preparos, e nem gosto pelo ensino; procurão as cadeiras como meio de vida, e uma vez conseguidas essas abandonão os alumnos, esquecem seus deveres, e procurão somente fazer jùs ao ordenando, para o que encontrão toda facilidade, diante de uma inspecção illusoria, qual a que existe entre nós, em relação a tão importante assumpto (MENSAGEM, 1891, p. 8).

Na continuidade do discurso, Amyntas Barros ainda falou da necessidade de melhorar o ensino ofertado pelo Estado, mas, que isso seria feito quando este dispor de melhores condições financeiras. No momento, ele propõe a supressão das escolas com pouca frequência, ao mesmo tempo em que sugere a criação de uma ou duas cadeiras de pedagogia, para preparar os professores para o trabalho de ensinar. Para tanto, o Presidente admitiu que era urgente uma reforma no Regulamento nº 32, de 11 de janeiro de 1887, que se achava em vigor, para adaptá-lo ao novo sistema de governo.

Passadas mais três administrações⁵, a Mensagem proferida em fevereiro de 1892 pela Junta Governativa - composta pelo Dr. Manoel do Nascimento Castro e Silva e pelo Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho, governaram de 28 de novembro de 1891 a 22 de fevereiro de 1892 - foi posto que o ensino só deveria ser ofertado pelo Estado quando os municípios e as vilas não tiverem condições de fazê-lo. A Junta Governativa entendia que o Estado deveria exigir mais moralidade e habilidade dos professores, declarando que seria justo o aumento

⁴ Os presidentes foram: Jerônimo Américo Raposo da Câmara (8 de fevereiro a 10 de março de 1890); Joaquim Xavier da Silveira Junior (10 de março a 19 de setembro de 1890); Pedro Velho⁴ (19 de setembro a 8 de novembro de 1890); João Gomes Ribeiro (8 de novembro a 7 de dezembro de 1890); Manuel do Nascimento Castro e Silva (7 de dezembro de 1890 a 2 de março de 1891).

⁵ José Inácio Fernandes Barros (13 de junho a 6 de agosto de 1891); Francisco Gurgel de Oliveira (6 de agosto a 9 de setembro de 1891); Miguel Joaquim de Almeida Castro (9 de setembro a 28 de novembro de 1891).

salarial aos que obtiverem a aprovação em um novo concurso, os que não fossem aprovados seriam demitidos e os que fossem vitalícios deveriam aguardar a designação de uma cadeira. Além disso, foi revelado que a reforma do ensino fora solicitada pelo Dr. José Moreira Brandão Castello Branco, Diretor Geral da Instrução Pública. Ao final os autores afirmaram a importância do assunto, mas, por eles pouca importância parece ter sido dada (MENSAGEM, 1892).

O primeiro Presidente eleito, no Rio Grande do Norte, foi Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, depois de duas passagens pela administração pública, assumiu em 28 de fevereiro de 1892. A eleição marcou o fim da instabilidade política vivenciada pelo Estado no início da era republicana. Com isso, o então Presidente dispõe de tempo para organizar o Estado nas bases republicanas. Pouco depois de sua posse, instituiu a Constituição do Estado, em 7 de abril de 1892. No âmbito educacional, sua primeira ação foi Lei nº 6, de 30 de maio de 1892, que autorizava a reforma do ensino. A reforma foi implantada através do Decreto nº 18, de 30 de setembro de 1892. O referido Decreto foi sancionado com o objetivo de reformar amplamente a instrução pública do Estado, a fim de harmonizar o ensino ofertado com os avanços da pedagogia moderna.

Com a nova regulamentação, o Diretor Geral da Instrução Pública, João Tiburcio da Cunha Pinheiro Junior afirmou, na Mensagem de 1893, que sessenta e uma escolas foram suprimidas no Estado, para que possibilitasse a modernização e a fiscalização das restantes. Por essa ótica, a extinção de algumas escolas não representava um retrocesso, mas sim, um sacrifício necessário para o avanço do ensino (MENSAGEM, 1893).

No ano seguinte, e sob uma nova direção, a instrução pública pouco avançou. O então Diretor Geral da Instrução Pública, Antonio de Souza, iniciou seu relatório com a afirmação de que queria dizer que a instrução do Estado caminha prosperamente, no entanto, ele esclarece que muito há de ser feito e corrigido para que sejam alcançados os fins pretendidos pelo governo. Em suas palavras:

A pesar da reforma das instituições que tão beneficentemente tem influenciado os outros ramos do serviço público, onde tão manifesto é o progresso, apesar das suas reformas próprias, embora ha apenas um anno decretadas, o estado do nosso ensino publico primário é quasi o mesmo que era nos tempos do obscurantismo monarchico (MENSAGEM, 1894, p. 1).

No trecho em destaque, é perceptível o desânimo do Diretor com relação aos poucos avanços alcançados pela instrução, como também atentou para a necessidade de diferir a era

republicana do período monárquico. O Diretor viu com espanto a semelhança da instrução publica nos dois períodos, já que a educação era uma forte bandeira do novo Estado-Providência.

Contudo, apesar dos esforços governamentais, a educação de fato, pouco mudou. Antônio de Souza queixou-se da indiferença com que sempre foi tratada a instrução publica no Rio Grande do Norte, para o Diretor essa indiferença independe de classe social e foi resultante do desprestígio com o qual o ramo educacional foi tratado todos esses anos. Na fala, o autor refere-se à carência de incentivo, à falta de uma atitude mais enérgica por parte do governo e à ausência de patriotismo e boa vontade dos executores.

Outro ponto destacado por Antônio de Souza refere-se ao magistério, muitos dos professores não possuíam a habilitação que foi exigida pelo novo regulamento e, mesmo com benefício de permanecer no cargo, muitos insistem em aplicar os velhos hábitos de ensino, o diretor ainda lamentou que existiam muito poucas exceções a esta regra. Ainda fez referência ao número reduzido de escolas em relação à população e a falta dos materiais necessários para o funcionamento destas, uma vez que “Funcionam, em sua quase totalidade, em casas particulares alugadas, muitas vezes a mesma em que reside o professor, sem os cômodos necessários e até sem os mais simples requisitos exigidos pela hygiene escolar” (MENSAGEM, 1894, p. 2). Esta afirmação pode é pautada nos poucos relatórios que Antonio de Souza recebeu dos Delegados do ensino, ele solicitou que o Estado fornecesse o material técnico que é necessário para o bom funcionamento das escolas.

Também foi requerido que o Programa de Ensino seja distribuído para os professores, para que estes tenham os meios necessários para aplicar em suas aulas a pedagogia moderna, uma vez que muitos desconheciam os novos métodos de ensino. É feita uma crítica contundente à inspeção do ensino praticada nas cidades do interior, tendo sido denunciado que os delegados escolares precisariam ser mais enérgicos no exercício de suas atividades, os mesmos foram chamados à atenção pelo Diretor, que julgava urgente uma reforma no sistema de fiscalização escolar. Na ocasião, foi revelado que o Conselho Literário estava completo, com a participação do Dr. Olympio Vital, do Dr. Tavares de Lyra, do professor do ensino primário Joaquim Lourival Soares da Camara, tendo ainda o Diretor da Instrução Pública e o Presidente da Intendência Municipal como membros natos do Conselho.

Na mensagem de 14 de julho de 1895, Pedro Velho iniciou sua fala discorrendo sobre a crise financeira que assolava o Estado, devido ao quase aniquilamento das colheitas dos gêneros de exportação. O que resultou no desequilíbrio orçamentário que forçou a redução dos gastos públicos em todos os âmbitos da administração.

Ao se referir à instrução praticada no Rio Grande do Norte, Pedro Velho afirmou que: “Não têm nada de lisonjeiro o estado do ensino público: raros professores e raríssimas escolas oferecem garantias de êxito á instrucção. Aos sacrifícios do Thesouro e aos esforços da directoria não correspondem os resultados práticos que eram de esperar” (MENSAGEM, 1895, p. 26). Entretanto, os sacrifícios aos cofres públicos não devem ter sido tão grandes assim, já que, mais adiante o Presidente deixou claro que as escolas sequer possuíam edifícios próprios, tão pouco o material necessário para funcionar.

No decorrer do texto, o Presidente criticou a pouca habilitação dos professores. Para ele, o desempenho deste profissional influenciava diretamente na frequência dos alunos, uma vez que as aulas dos professores mais preparados eram devidamente frequentadas, enquanto as outras, a grande maioria, não. Foi mencionado também que o curso preparatório para mestre-escola, conforme previsto no Regulamento, destinado para a elevação da instrução elementar no Rio Grande do Norte, não tinha sido inaugurado até então.

Outro ponto importante, a que Pedro Velho se refere, diz respeito à inspeção do ensino que mesmo encontrando-se organizada através da Legislação, pouco tem contribuído para o desenvolvimento da educação potiguar. Já que a inspeção era uma tarefa secundária dos promotores públicos ou presidentes das intendências municipais, nem todos tinham a disponibilidade necessária para tornar efetiva a vigilância das escolas, a entrega dos relatórios e dos mapas dos alunos, essenciais para a boa administração da instrução pública. Ao final de sua explanação sobre a instrução pública, Pedro Velho entendia que a situação do Estado era desvantajosa, já que as escolas existentes não atendiam nem 17% dos indivíduos em idade de cursar as primeiras letras (MENSAGEM, 1895).

No mesmo documento, o Dr. Francisco Pinto de Abreu, recém-empossado no cargo de Diretor da Instrução Pública, se posicionou contra a descentralização da educação no Rio Grande do Norte, que foi defendida pela Junta Governativa e incorporada ao Decreto nº 18, de 30 de setembro de 1892. Na ocasião o Diretor recomendou a urgente reforma do documento, este dispõe que a atuação do Estado limita-se a duas cadeiras em cada cidade, uma masculina

e uma feminina, cabendo ao município prover as mais que forem necessárias. No entanto, apenas os municípios de Mossoró e Macau cumpriram efetivamente a determinação. Pinto de Abreu ainda cita o exemplo do estado de Pernambuco, onde a descentralização do ensino prejudicou severamente a mocidade pernambucana.

Com a fé inabalável na educação como meio de desenvolvimento, que é característico do Estado-Providência, Pinto de Abreu escreveu: “Em nossa viagem para o futuro, que é a perfeição, o progresso, devemos estabelecer a transição natural do passado, cheio de erros, para o presente, cheio de nobres aspirações” (MENSAGEM, 1895, p. 13). Assim, foi proposto assentar sobre bases sólidas a educação popular no Estado e foi solicitada uma maior preocupação por parte do poder público para com o futuro da nação. Este pensamento foi incorporado ao imaginário da cultura escolar potiguar.

Em 1896 assume o governo do Estado o Desembargador Ferreira Chaves, no primeiro ano de seu governo, lê-se no Relatório da Instrução Pública, escrito pelo então Diretor Geral Manuel Dantas, que solicitava ao Poder Legislativo a autorização para que fosse realizada a reforma do ensino, devido a situação precária que se encontrava a educação. No ano de 1900, assume o Dr. Alberto Maranhão, em sua primeira fala como governador criticou severamente a instrução e, como no Império, as críticas recaem, principalmente, sobre a atuação dos professores.

Continua deficientíssima e a merecer os mais sérios cuidados a nossa instrução publica. Além da inferioridade do ensino official, sabidamente menos seguro e proveitoso do que o ministrado nos institutos emanados da iniciativa particular, acresce que a instrução relativa, com que officialmente poderíamos dotar a intelligencia dos que buscam saber, falha por completo entre nós, em virtude de um vicio essencial: a incapacidade dos professores, com raras excepções atrasadíssimos, e, portanto, inaptos para incutirem no animo infantil dos alumnos os mais rudimentares princípios de cultura intelectual: e a incuria, não maldosa, mas devida á natural cegueira com que quasi todos esses funcionarios desobedecem ás prescripções regulamentares, no tocante ao desenvolvimento physico e moral dos seus discípulos. São factos ja por mais de uma vez acentuados pelos meus antecessores: e, pois, somente uma reforma completa poderia salvar a instrução official, seriamente comprometida na pratica (MENSAGEM, 1900, p. 10-11).

Alberto Maranhão ainda critica a municipalização do ensino público, justificando que tem demonstrado ser ineficaz, apesar do auxílio oferecido pelo Estado, enfatizando que é muito pequena a economia que a municipalização realizou nos cofres públicos. Contudo, o então governador reconhece que “O ensino official, para ser completo e util, demanda grandes

dispendios, que os nossos orçamentos não comportam” (MENSAGEM, 1900, p. 11). Apesar das críticas à municipalização do ensino, Alberto Maranhão corrobora com a continuidade dessa situação⁶.

Mesmo mediante a relativa economia, no que tange à responsabilização das intendências municipais para com o ensino público, não foi possível o cumprimento, por parte do Estado, do pagamento pontual das subvenções. Por conseguinte, o governador sugere que esses pagamentos deveriam ser feitos exclusivamente na capital, conforme lê-se na Mensagem lida em 14 de julho de 1901. Sobre a municipalização do ensino, Nestor Lima, em sua obra *Um século de ensino primário*, publicada em 1927, afirmou que “Mesmo com essa justificação de boa fé, resultou a reforma absolutamente improficua, e o ensino municipal se foi relaxando a ponto de ser necessaria á sua radical supressão operada quase nove anos depois” (LIMA, 1927, p. 150).

No Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública, é mais uma vez exposto que “Os regulamentos do ensino, actualmente em vigor, ressentem-se de lacunas taes que exigiriam uma reforma completa e radical” (MENSAGEM, 1901, p. 3). De fato, conforme apontado por Manuel Dantas, a legislação educacional vigente, apesar das nobres aspirações, não favorecia do desenvolvimento da instrução pública.

Si o vosso patriotismo e o vosso provado zelo pelas coisas publicas sugerir alguma ideia ao poder legislativo nesse sentido, o que se poderia tentar, por ser de alcance pratico e pouco dispendioso, era, quanto ao ensino primario, a fundação de uma escola modelo nessa capital, quanto ao ensino secundario, a fusão de varias cadeiras do Atheneu como meio de, melhorando os vencimentos do professor, procurar assim um pessoal mais habilitado (MENSAGEM, 1901, p. 3).

No intuito de melhorar o ensino no Rio Grande do Norte, Manuel Dantas fez uma série de sugestões ao governador Alberto Maranhão, dentre as quais figura a criação de uma Escola Modelo. Na sequencia, assim como seus antecessores, Manuel Dantas ainda recomenda a extinção dos exames preparatórios, realizados pelo Atheneu, uma vez que esses continuam a ser motivo de chacota e vergonha para a instituição potiguar. Essa solicitação é reafirmada pelo diretor no Relatório de 15 de junho do ano de 1904⁷.

⁶ Através da Lei nº 146, de 6 de agosto de 1900.

⁷ Conforme foi observado na mensagem de 1903, não consta anexo o Relatório da Direção Geral da Instrução Pública, suas providencias são expostas no relatório da Secretaria Geral do Estado, pelo então Secretário Geral Henrique Castriciano.

Na última mensagem do seu primeiro governo, Alberto Maranhão afirmou, em 25 de março de 1904, que “Na impossibilidade de fazer uma reforma radical, indicada naquela⁸ mensagem, resolvi dar melhor desenvolvimento ao ensino secundário” [...] (MENSAGEM, 25 de março de 1904, p. 7). Este desenvolvimento foi solicitado ao então diretor do Atheneu, Pinto de Abreu, que em relatório enviado à Alberto Maranhão e citado por ele na sua Mensagem, diz que “Não se fizeram esperar os felizes resultados da fiel execução dos novos preceitos legais. Surgiu, por encanto, a disciplina; alumnos e mestres cumpriram seus deveres; normalizou-se o serviço lectivo; o algarismo das matriculas chegou a multiplicar-se por 4” (MENSAGEM, 1904, p. 8).

Ao assumir, Tavares de Lyra inicia sua fala sobre a situação da instrução pública, destacando o estado nada lisonjeiro que esta se encontrava no Rio Grande do Norte. Abordou a reforma do ensino como uma das mais urgentes causas do Estado, contudo, reconheceu que esta “Não é entretanto, tarefa facil realisal-a. Acarretaria notavel augmento de despesa e exigiria pessoal intelligente e capaz, de que – força é confessar – não dispomos” (MENSAGEM, 1904, p. 7). Desta forma, Tavares de Lyra, apesar de reconhecer a importância da instrução, justificou a falta de ações práticas voltadas para o ensino primário em seu governo, o governador ainda cogita aumentar a fiscalização do ensino privado e a extinção das aulas públicas. Sua realização na instrução diz respeito à tentativa de equiparação do Atheneu ao Ginásio Nacional, esta ação o governador faz referência em sua primeira mensagem e o realiza, conforme apontou Pinto de Abreu no Relatório de 1905.

O diretor da instrução Manuel Dantas, quando escreveu seu relatório ao governador Tavares de Lyra, exalta-o como “O eminente organizador da nossa vida republicana, que antes de ser um político da propaganda, fôra um educador da mocidade, dedicou grande parte de sua prodigiosa actividade ao ensino público” [...] (MENSAGEM, 1904, p. 3). Este trecho reflete a esperança do diretor no novo governo, pelo fato de Tavares de Lyra ter sido professor do Atheneu, era esperado que este dedicasse maior atenção à educação.

Entretanto, em 1905 a antiga Diretoria Geral da Instrução Pública, que fora fundada ainda no período imperial, será extinta, conforme Pinto de Abreu expôs no Relatório de 1905, “Por força do decreto n. 153 de 23 de Fevereiro do corrente anno, que me investiu, na qualidade de Director do Atheneu, da superintendência geral do ensino do Estado [...]” (MENSAGEM, 1905, p. 3). Já em 1906, a comunicação para o presidente do Estado foi

⁸ Sua primeira mensagem em 1900.

denominada como Relatório Anual do Ensino Público, sem mais fazer referência à Diretoria Geral da Instrução Pública.

É tristíssima a situação do ensino primario no Rio Grande do Norte. As poucas escolas que nos restam estão desprovidas de material; não satisfazem as necessidades da população; aniquilam-se pela falta de estímulos do magistério mal remunerado e desprotegido, como pelo relaxamento da fiscalização que a titulo de condescendencia, vae alimentando um vicio funesto (MENSAGEM, 1906, p. 6).

Com estas palavras, Pinto de Abreu descreveu a situação da educação potiguar, sempre dando ênfase a precariedade e a dificuldade de implantação de uma cultura escolar. O diretor do Atheneu ainda lembrou a necessidade de alfabetizar o povo para o trabalho, não apenas formar doutores, esquecendo a formação do pobre, pois “Carecem de instruccão menos litteraria e mais pratica, que desperte amor ao trabalho, fortifique a vontade e forme o character” (MENSAGEM, 1906, p. 6)⁹. No documento é justificada a falta de investimento governamental, com base na crise econômica vivenciada pelo Estado “que fez convergirem de preferênciam as atenções de nossos estadistas para o problema inadiável da subsistência material” (MENSAGEM, 1906, p. 6). Por fim, o relator afirmou compreender a ausência das grandes melhoras, entretanto, afirmou não compreender o grande recuo que foi observado no âmbito da instrução pública e considerou urgente uma reforma educacional.

Devido ao convite para assumir um Ministério no governo de Afonso Pena, Tavares de Lyra deixa o cargo, sendo eleito para findar o seu mandato o bacharel Antonio de Souza, que já havia sido Diretor Geral da Instrução Pública.

E’ infelizmente logar comum, em quase todas as mensagens lidas hoje neste paiz, a referencia ao lamentavel estado a que desceu a instruccão publica. E no Rio Grande do Norte essa condição não é diversa. A transferencia do ensino primario ás municipalidades, que, em principio, parecia excellente, deu na pratica os deploraveis resultados que todos conhecemos (MENSAGEM, 1907, p. 9).

Em suas primeiras palavras sobre a instrução, Antonio de Souza corroborou com a visão negativa da instrução pública ofertada, e, como de praxe citou a dificuldade de se encontrar professores qualificados e interessados pela função de ensinar. Visto que os salários, além de insignificantes, estavam sempre atrasados, o que obrigava o professor a realizar outras atividades, a fim de ser capaz de se manter. O que tirava o foco de sua sublime missão. Ainda é destacada a insuficiência da fiscalização destes serviços, na sua fala “A

⁹ Como não pensar em Foucault e no poder disciplinar?

fiscalização dos chamados delegados escolares é uma burla, desde que esses funcionarios limitam geralmente suas funções ao attestado mensal de exercicio, attestado quasi sempre gracioso e por vezes falso” (MENSAGEM, 1907, p. 9). Apesar da situação do ensino, Antonio de Souza ressalta que o povo potiguar não é avesso à instrução, mesmo as escolas particulares sendo desprovidas de tudo, não lhes faltam alunos.

Sem duvida, a reforma da instrucção primaria não é daquelas que as simples leis e regulamentos podem fazer, si é que alguma haverá dessa natureza; porque além dos recursos materiais indispensaveis e que certamente as leis não geram, deve existir, desenvolvida e esclarecida, a consciência do dever, tanto por parte dos mestres, como daqueles a quem incumbe a direcção e a fiscalização do serviço. E essa consciencia, por motivos complexos que aqui não cabe averiguar, não é precisamente o característico actual da instrucção publica do Estado (MENSAGEM, 1907, p. 10).

Assim, o presidente do Estado propôs que, em primeiro lugar, deve-se restaurar o regime educacional praticado antes da reforma de 1900, ou seja, a administração das cadeiras deve retornar para a tutela do Estado. E esclarece que do ponto de vista econômico, esta mudança não representaria a ruina e os resultados podem compensadores. Entre suas ideias para a pretendida reforma, encontra-se um acréscimo ao salário dos professores proporcional a quota dos alunos, o estabelecimento de um sistema regular de inspeção nas escolas com inspetores bem remunerados, a contratação de professores diplomados em outros Estados e o estabelecimento de um curso normal anexo ao Atheneu.

Por conseguinte, Antonio de Souza afirma que estas medidas são exequíveis, uma vez que o Estado pode fazer economias noutros ramos do serviço público. Nas palavras do presidente: “Conheço hoje, em todas as suas minudencias, as precarias circunstancias do Thesouro, mas também não ignoro que são precarissimas as do ensino publico – verdadeiro padrão por onde se mede o progresso e a importância moral de um povo” (MENSAGEM, 1907, p. 12). Assim, presidente reproduziu o discurso do Estado-Providência e assume a educação enquanto responsabilidade do Estado e responsável pelo verdadeiro progresso.

De acordo com Bosi “A nossa historiografia política começa a aclarar os modos pelos quais um ideário importado (teria havido algum que não fosse?) pôde nutrir uma ideologia de longa duração capaz de legitimar a ação intervencionista do poder público” [...] (BOSI, 1992, p. 277). Assim sendo, faz-se necessário reconhecer a decisiva influência do ideário do Estado-Providência no Rio Grande do Norte, apesar da produção histórica nacional reconhecer esta

relação com o positivismo apenas no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, e, claro, em âmbito nacional no pós-1930.

Ainda na Mensagem de 1907, Antonio de Souza anunciou a construção do primeiro Grupo Escolar potiguar, cujas plantas e orçamento já haviam sido solicitadas pelo seu antecessor, Tavares de Lyra. Após negociações e alterações solicitadas pelo governador ao arquiteto responsável, Herculano Ramos, o orçamento foi aprovado e foi noticiado que as obras já encontravam adiantadas e, no início do ano seguinte, seria inaugurado¹⁰. Um passo importante foi dado por Antonio de Souza quando autorizou a reforma da instrução pela Lei Nº 249, de 22 de novembro de 1907.

Ainda uma vez foi acertada e hábil a escolha do partido dominante, elegendo para o cargo de governador o nosso eminente representante na Camara Federal, exm. sr. dr. Alberto Maranhão, distinto norte rio-grandense que allia a preciosas qualidades de caracter a cultura adequada do espirito, perfeitamente apercebido pela experiência adquirida em período anterior (MENSAGEM, 1907, p. 5).

Assim foi noticiada por Antonio de Souza a eleição de Alberto Maranhão para o cargo de governador. Ao assumir, em sua primeira Mensagem, Alberto Maranhão mantém o mesmo discurso sobre a triste situação da educação potiguar, porém, afirmou fazer uso da autorização do seu antecessor e resolveu reformar a instrução pública através do decreto nº 178, de 29 de abril de 1908.

Por emquanto, e para evitar a continuação improductiva e desoladora do regimen por todos condemnado, o decreto a que acima aludi restabeleu a directoria geral da instrução publica e creou a Eschola Normal, annexa ao Atheneu, prometendo a criação de Grupos Escolares e Escolas, á proporção que se forem construindo, por conta dos municipios, edificios apropriados á sua instalação. Apraz-me assignalar que para a execução desta parte do decreto empenham-se os governos locais em preencher, quanto antes, as condições exigidas para o provimento das cadeiras. O Grupo Escholar Augusto Severo – fundado pelo meu illustre antecessor – serve actualmente de eschola de applicação, na qual fazem sua aprendizagem os estudantes da Eschola Normal. No mesmo dia da inauguração desse grupo – 12 de junho – começou a funcionar, annexa ao theatro – Carlos Gomes – uma modesta eschola de musica. O ensino secundario continúa a ser ministrado no Atheneu Rio-grandense, cujo professorado, competente e assiduo, preenche os fins exigidos pelo curso de madureza. Quando nos for possível a criação de um Lyceu de artes e officios e de uma eschola de

¹⁰ Na Mensagem de 1907, não consta anexo o Relatório Anual do Ensino Público.

agricultura estará completo o nosso elenco de instrucción primaria, secundaria, normal, artistica e profissional (MENSAGEM, 1908, p. 6).

Nestas palavras de Alberto Maranhão é possível perceber uma grande mudança na tônica do discurso até então proferido na era republicana. Esta reforma foi uma das mais importantes, senão a mais importante, para o desenvolvimento da instrução pública no Estado. Ela foi responsável pela criação da cultura escolar norte-rio-grandense, representou uma nova forma de organização administrativa e pedagógica, com forte inspiração na reforma paulista elaborada por Caetano de Campos. Conforme apontam Lyra e Moraes “Essa reforma configurou uma nova escola pública, propiciando o rompimento com as antigas estruturas pedagógicas do sistema de ensino nas instituições públicas primárias” (2016, p. 6). Na mensagem do ano seguinte, o governador afirma que a reforma “vai produzindo os efeitos desejados” (MENSAGEM, 1909, p. 8).

Restabeleceu-se a Directoria Geral, que já preencheu toda a parte technica, regulamentando os serviços internos das repartições subordinadas. Funciona proveitosamente o grupo modelo, com a frequencia extraordinaria de duzentos alumnos, em cujas classes praticam os futuros mestres. A Eschola Normal, que conta sessenta e sete estudantes de ambos os sexos, dar-nos-á, dentro de um anno, os profissionaes que deverão substituir os directores e mestres contractados para a instrucción primaria. Oito grupos escolares, perfeitamente instalados nos municipios de Natal, Mossoró, Caicó, Acary, Martins, S. José, Caraúbas e Serra Negra, ministram ensino a novecentas creanças, pelos processos mais adeantados (MENSAGEM, 1909, p. 8-9).

Alberto Maranhão ainda acrescenta que vários outros municípios estão construindo seus grupos escolares, que o Atheneu funciona bem desde que foi equiparado ao Ginásio Pedro II, que a escola de música teve o seu primeiro *Tentamen* e que será criada uma escola profissional custeada com os recursos da União, de forma que “atestam todo o proveito colhido desta reforma que se impunha como um dever de honra a cumprir pelo Governo, em beneficio da cultura geral da juventude, que se estiolava sob as espessa camada deprimente do analfabetismo” (MENSAGEM, 1909, p. 9). Mais tarde Alberto Maranhão faz um balanço positivo da Reforma empreendida em 1908.

Transcorridos tres annos e meio, após á promulgaçõ do decreto n. 178 de 22 de abril de 1908, podemos verificar agora, com o mais legitimo desvanecimento, os primeiros fruetos colhidos dessa reforma que, fazendo tabula raza do velho systema escholar, desmantelado havia muito pelos golpes da critica auctorizada, assentou de vez em bases firmes a instrucción popular em nossa terra (MENSAGEM, 1911, p. 7).

O governador destaca, ainda em 1911, que já existem 16 grupos escolares no Rio Grande do Norte, nos quais era ministrado o ensino com base nos modernos métodos pedagógicos, as aulas aconteciam em edifícios confortáveis, higiênicos e aparelhados com mobiliário apropriado. Além destes, em pleno funcionamento, Alberto Maranhão ainda enfatizou que outros grupos estão em construção, visto que “Institutos dessa natureza, custeados sempre com sacrifícios pela communa, associações ou particulares, carecem de todo o auxilio do Congresso Legislativo, a exemplo dos das nações mais cultas e consoante a promessa da nossa lei especial” (MENSAGEM, 1911, p. 8).

Outro movimento symptomatico de nossa vitalidade, igualmente digno do favor official, é o que se vae sentindo com o aparecimento da Liga do Ensino, associação consagrada a diffundir os conhecimentos praticos da vida, mantendo escholas technicas de instrucção domestica, no intuito patriotico de melhorar as condições Moraes e econômicas da familia norte-rio-grandense (MENSAGEM, 1911, p. 8).

Ao se referir à Liga do Ensino, Alberto Maranhão discorre sobre o intuito patriótico que envolve a sua criação. O governador presidiu a primeira Assembleia Geral da Liga, na qual foram aprovados os estatutos e foi eleito o conselho¹¹, sobre o qual foi avultada a capacidade e o poder de influência dos membros, bem como os benefícios que esta agremiação representa para educação potiguar. É sinalizado o apoio financeiro do Estado para a Liga do Ensino.

Na Mensagem de primeiro de novembro de 1912, Alberto Maranhão informou que já haviam sido criados vinte e três Grupos Escolares¹², desde 1908. Na fala ainda é explicitado que existiam Grupos Escolares em construção e outros que eram mantidos pelos municípios, assim como escolas particulares e subvencionadas. Apesar de todo o investimento do Estado “Andam ainda os preconceitos adiando a orientação positiva que cedo ou tarde terão de adoptar os chefes de familia, quando se convencerem de que a instrucção é aprendido para ser util e feliz, mesmo sem carta de doutor” (MENSAGEM, 1912, p. 7). Neste trecho, Alberto

¹¹ Os membros do Conselho Administrativo eram: Dr. Francisco Salles Meira Sá, presidente; Coronel Fabricio Gomes de Albuquerque Maranhão, vice-presidente; Dr. Henrique Castriciano de Souza, secretário; Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, bibliotecário; Coronel Avelino Alves Freire, tesoureiro; Dr. João Dionysio Filgueira, Coronéis Pedro Soares de Araújo, João Juvenal Pedrosa Tinoco e Romualdo Lopes Galvão, conselheiros.

¹² Natal, São José de Mipibu, Papary (Nísia Floresta), Goianinha, Arez, Mossoró, Acari, Serra-Negra, Caicó, Jardim do Seridó, Pau dos Ferros, Martins, Caraúbas, Pedro Velho, Assú, Currais Novos, Macaíba, Nova Cruz, Angicos, Apodi, Luiz Gomes, Ceará-Mirim e São Gonçalo do Amarante.

Maranhão transparece a influência da orientação positivista vivida nos tempos do Estado-Providência. E finaliza “De resto, ha muito o que fazer no sentido de organizar e incentivar a educação do povo, mas o primeiro impulso já foi dado com muito amor e consciencia, cabendo aos futuros governos o complemento desta obra que as gerações vindouras bemdirão agradecidas” (MENSAGEM, 1912, p. 8).

No ano seguinte, o governador inicia uma política de intercâmbio educacional, enviando Dr. Nestor Lima (diretor da Escola Normal) “[...] para observar os melhoramentos introduzidos na technica do ensino primario e normal do Rio de Janeiro e São Paulo, afim de applical-os nos estabelecimentos officiaes do Estado” (MENSAGEM, 1913, p. 14). O Dr. José Carlos Junqueira Ayres de Almeida foi representar o Estado no III Congresso de Ensino Primário e Secundário em Salvador; o Senador Tavares de Lyra e o Deputado Eloy de Souza¹³ foram os representantes do I Congresso Nacional de História; e o Dr. Manuel Dantas foi o representante do RN no IV Congresso Brasileiro de Geografia realizado no Recife.

Findo o governo de Alberto Maranhão, assume novamente o posto de governador o Desembargador Joaquim Ferreira Chaves, que inicia a fala sobre a instrução do seguinte modo: “Procurei desenvolver [...] os serviços relativos ao ensino publico, porque entendo que um povo sem instrucção é um povo morto” (MENSAGEM, 1914, p. 27).

Ao assumir o governo, encontrei o ensino primario bem organizado, quer quanto ao preparo dos professores na Escola Normal, quer quanto ao funcionamento dos grupos escolares, mas com a fiscalisação um tanto frouxa, de modo que os resultados obtidos não compensavam os sacrificios do Estado (MENSAGEM, 1914, p. 27-28).

Na abordagem de Ferreira Chaves é possível observar a importância dada a inspeção do ensino, na sequencia o governador afirmou que, auxiliado pelo chefe do serviço, buscou tornar a fiscalização mais minuciosa, bem como procurou suprimir as cadeiras que possuíam frequência abaixo do permitido pela legislação educacional. Noticiava ainda que o Grupo Modelo, além do curso seriado, passou a contar com todas as modalidades de ensino ofertadas pelo Estado¹⁴, para que assim os alunos da Escola Normal possam praticar em todos os tipos. Já o ensino secundário, ofertado no Atheneu, passava por uma série de dificuldades, que, para o governador, eram provenientes da última reforma federal.

¹³ O Deputado Eloy de Souza também foi representar o Estado no I Congresso PanAmericano de odontologia, no Rio de Janeiro.

¹⁴ Isoladas: masculina, feminina, mixta e noturna.

A estatística escolar revelou que no ano de 1914, nos 37 municípios do Estado, existiam 54 escolas públicas primárias, com uma matrícula de 1.949 alunos e 198 escolas particulares com 4.596 matrículas. Com base nesses números, Ferreira Chaves alegou que as instituições escolares norte-rio-grandenses estavam longe de atender toda a população em idade escolar e reconhece que os recursos financeiros do Estado não capazes de suprir as necessidades da instrução.

Preocupado com outras necessidades igualmente ponderosas da administração, entre as quaes as de origem economica naturalmente exigiam o primeiro lugar, nomeei uma commissão de estudiosos patricios, a quem incumbi de rever aquele codigo e organizar um projeto de lei reguladora do ensino publico primario e profissional. Esse trabalho, feito e discutido cuidadosamente, não pôde todavia ficar prompto a tempo de aproveitar ao corrente anno lectivo, mas está presentemente concluido e vos será, em breve, enviado com mensagem especial, sob a forma de projecto de lei. Nelle foram modificadas, segundo os conselhos da experiencia, varias disposições do codigo vigente, e creados novos orgams que se afiguram uteis ao bom funcionamento complexo mecanismo do ensino (MENSAGEM, 1916, p. 22).

Conforme autorizou em 18 de novembro de 1915, Ferreira Chaves empreendeu uma nova Reforma da Instrução no ano de 1916, em prol do melhoramento do ensino. Para tanto, contou com a participação dos intelectuais da época. Sobre esta Reforma, no ano seguinte, o governador mencionou que “tenho satisfação em trazer ao vosso conhecimento que a execução da lei, que votastes na ultima sessão legislativa, reorganizando o ensino no Estado, já vem manifestando as vantagens das suas providencias” (MENSAGEM, 1917, p. 13). Apesar de Ferreira Chaves anunciar que o caráter da Mensagem não permite uma discursão ampla da nova reforma, ele se mostra animado com relação as providências que, com mais tempo e recursos podem resultar em “fructos muito valiosos” (MENSAGEM, 1917, p. 13). Na Mensagem de 1919, observou-se que o Rio Grande do Norte já conta com 30 Grupos Escolares.

Antonio de Mello e Souza torna-se novamente governador, em seu segundo mandato uma de suas primeiras iniciativas foi a criação de Escolas Ambulantes ou Rudimentares¹⁵, a fim de fomentar à atenção educacional para a população do interior do Estado. Contudo, a principal dificuldade que “tem impedido o desenvolvimento dessa providência – a falta de professores ao menos aproximadamente idôneos, phenomeno que me parece mais desagradavel do que a propria falta de recursos” (MENSAGEM, 1920, p. 10-11). Conforme a

¹⁵ Lei nº 471, de 3 de dezembro de 1919.

Mensagem, a maioria dos professores diplomados pela Escola Normal não tem interesse em atuar no interior do Estado. Apesar de haver criado essas escolas em diversas localidades, estas não tiveram como ser providas devido à falta de professores qualificados. Entretanto, o governador Antonio de Souza se compromete a não descuidar deste propósito, o que é mais uma característica do representante do Estado-Providência.

Traduzidos em leis e em decretos, citados respeitosamente nos documentos dos presidentes e dos intendentos municipais durante a República Velha, os princípios serviram, de fato, como *Instrumentum regni* [...] no seu propósito explícito de “governar acima dos interesses egoístas de cada classe” e, ao mesmo tempo, “representar todos os grupos sociais” (BOSI, 1992, p. 283-284).

Além disso, foi denunciado que a maioria dos Grupos Escolares não condizem com as normas impostas para as instituições com esta denominação, pelo fato de terem-se reduzido ao funcionamento de escolas isoladas em um mesmo prédio, sem que haja o ensino graduado. Na Mensagem seguinte, de 1921, Antonio de Souza informa que foram criadas vinte e duas Escolas Rudimentares, que contam em média com trinta alunos cada, “isto significa que mais de seiscentos pequenos norte-riograndenses estão adquirindo, embora modestamente, a instrução que lhes facilitará e nobilitará a vida de homens” (MENSAGEM, 1921, p. 23). O governador afirmou que das 646 matriculas deste tipo de escola, a frequência é quase igual, “[...] o que bem demonstra o desejo de aprender das populações das mais afastadas aldeias, cujos filhos não poderiam frequentar grupos, até pela falta do vestuário decente, que as convenções sociais exigem nas cidades e vilas mais adiantadas” (MENSAGEM, 1921, p. 24).

Um lamento do relator refere-se à ausência dos caixas escolares¹⁶, previstos pela legislação educacional, que tem como objetivo fornecer aos mais pobres as condições necessárias para frequentar os Grupos, dentre as providências a compra de roupas e livros “[...] que a sua pobreza não permite adquirir sem sacrifício” (MENSAGEM, 1921, p. 24). Também lastimava a insuficiente inspeção do ensino, para ele, a visita do inspetor representava um estímulo para os professores do interior, que necessitavam dos conselhos e sugestões dos inspetores, “Sem a prática rigorosa e continua dessa medida perde-se grande parte do esforço empregado [...]” (MENSAGEM, 1921, p. 25). Outro objetivo, sinalizado por Antônio de Souza, diz respeito à criação da Escola Normal de Mossoró para suprir a

¹⁶ Em 1921, apenas os Grupos Escolares do Alecrim, de Mossoró, de Canguaretama, de Assú, de Parelhas e de Pedro Velho possuíam caixas escolares. Estavam sendo organizados os caixas escolares de Acari, Caicó e Nova Cruz.

necessidade de professores para as Escolas Rudimentares do interior do Estado. Em 1922, lê-se que “A Escola abriu-se em Março com uma frequência de 37 alumnos, sendo a maioria do sexo feminino, como costuma suceder em estabelecimentos daquela natureza [...]” (MENSAGEM, 1922, p. 22).

Acredito que, tomadas em globo, as informações sobre o ensino publico serão mais lisonjeiras que nos anteriores. Em todo o Estado, desde a capital aos mais remotos logarejos do sertão, o interesse quase ansioso pela disseminação do ensino é visível á mais superficial observação. Todos querem escolas e quando, aqui e ali, o Estado encontra alguém mais ou menos capaz de regel-as e as crea, a affluencia é immediata e numerosa; basta dizer que escolas rudimentares, abertas há poucos mezes, já teem frequencia diaria de 40 e 50 alumnos. Noutras os professores, no caso as professoras, luctam com embaraço para attender até a moças e rapazes, que procuram a instrucção elementar (MENSAGEM, 1922, p. 13).

Deste modo, Antonio de Souza inicia sua fala sobre a Instrução Pública no ano de 1922, a criação das Escolas Rudimentares representou o empenho da administração pública no tocante à difusão da instrução por todo território do Estado. O governador enfatiza que a população do Rio Grande Norte demonstra grande interesse, que pode ser observado através das frequências. Igualmente, é enaltecida a ação heroica das professoras¹⁷, que atendiam inclusive moças e rapazes, o que era considerado um embaraço para a época, de acordo com Stamatto, as professoras só podiam ensinar os meninos até certa idade (1992, p.89).

Por conseguinte, o governador considerou que estas Escolas Rudimentares estavam providas “quasi sempre por professoras e raramente pelos do outro sexo, com uma tal ou qual capacidade, muito relativa sem duvida, mas em todo caso sufficiente para o ensino rudimentar” (MENSAGEM, 1922, p. 15). O governado ainda justifica que os professores diplomados não demonstraram interesse nestas escolas, sendo a administração pública “forçada” a aproveitar a boa vontade das professoras, para ser capaz de prover essas escolas. O que demonstra o pensamento da época com relação à atuação profissional do gênero feminino.

Outro ponto interessante desta mesma Mensagem diz respeito às estatísticas escolares, como afirmou Antonio de Souza – “Tenho a satisfação de trazer ao vosso conhecimento que afinal podemos dispor duma estatistica escolar mais ou menos aproximada da verdade” (MENSAGEM, 1922, p. 15). Posto que os diretores da instrução frequentemente queixavam-

¹⁷ Já que a maioria dos professores homens não tinha interesse em deslocar-se para o interior.

se da dificuldade de obterem os dados necessários para a elaboração das estatísticas escolares, que foram conseguidas através do envio de delegados que foram incumbidos para levantar esses dados para a Exposição do Centenário.

Tendo considerado o primeiro dos deveres e a mais constate das preocupações desenvolver, por pouco que fosse, o ensino primario, sem o qual ficaria diminuído o valor de todos os outros progressos – si progresso pode haver sem instrução, alem do da indisciplina, da corrupção e da barbaria – acredito poder afirmar-vos que esse esforço não foi inteiramente perdido. Crearam-se escolas nas principaes povoações do Estado, desde o litoral ao alto sertão, e ellas estão funcionando com lisonjeira frequencia; e si alguns nucleos de certa importancia, isto é, capazes de fornecer uma matricula de trinta creanças, ainda estão desprovidos, repito o que já disse em mensagens anteriores, não é por falta de desejo, nem por economia, mas pela deficiencia de professores (MENSAGEM, 1923, p. 5).

Ao findar o mandato de governador, Antonio de Souza orgulhosamente relata os avanços da instrução potiguar, aliando a instrução ao progresso em oposição à barbárie. Indicou ainda que só não foram criadas mais escolas devido à falta de professores, mas, enfatiza que a administração possui o desejo de promover a educação em todo o Rio Grande do Norte. Mais adiante, o governador destaca que enquanto a imprensa nacional preconiza a disseminação do ensino elementar, a administração pública potiguar já o executa esta providência há quatro anos, através das Escolas Rudimentares e da criação de uma Escola Normal para provê-las.

Entretanto, com a grande difusão do ensino, “O relatório da directoria geral informa que o serviço de inspecção do ensino carece de reforma e é muito deficiente” (MENSAGEM, 1923, p. 9). Visto que haviam apenas dois inspetores para fiscalizar todas as escolas do Estado, que multiplicaram-se com a difusão das Escolas Rudimentares, que existem em número superior ao dobro dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas.

Um assunto importante, referente à atuação das Elites Culturais na cultura escolar potiguar, é a difusão dos pressupostos higienistas que atuaram como parte integrante do processo educacional no início do século XX. O ideário progressista da Primeira República visou: modelar os costumes, disciplinar as populações e higienizar a sociedade de todos os malefícios que se impõe à modernidade. De modo que a articulação do saber médico e patriótico com o campo pedagógico resulta numa proposta de educação que se pretendeu completa. Ante o exposto, a atuação de Antônio de Souza estava alinhada às questões higienistas da época, o que resultou na criação do serviço de inspecção médico-escolar.

Está funcionando na capital o serviço de inspeção medico-escolar, creado pelo decreto de 9 de Maio e regulamentado pelo de 16 do mesmo mez. Os dados resultantes dos exames procedidos pelos inspectores, dr. Alfredo Lyra em 256 escolares, dr. Varella Santiago em 75 e dr. Octavio Varella em 22, até 30 de Setembro, si não são desanimadores, também não recommendam o estado sanitario da população infantil (MENSAGEM, 1923, p. 10).

A primeira inspeção médico-escolar, de acordo com a Mensagem de 1923, examinou 353 alunos, um dos principais males detectados foi a cárie dentária que acometia 235 alunos, seguida pelas frequentes “pediculosos, adenopathias, a hypertrophia das amygdalas, os defeitos de aparelho visual (myopia 36 casos), e não muito raros os defeitos da audição, as scolioses e molestias accidentaes (MENSAGEM, 1923, p. 10). No discurso, esta ação possibilitaria o estudo do desenvolvimento físico e da vitalidade do povo potiguar.

A oferta de Ensino Profissional, segundo Antonio de Souza, tem sido uma das missões da administração pública, contudo, o governador refere-se as grandes dificuldades em encontrar mestres para a criação de escolas profissionais no interior, assim como para a Escola Agrícola de Jundiá, criada desde 1920, que ainda não saiu do papel por falta de profissionais capacitados. “Os estabelecimentos de ensino normal da capital e da cidade de Mossoró funcionaram com regularidade durante o anno” (MENSAGEM, 1923, p. 12). A Escola Profissional do Alecrim, que funcionava nas dependências do Grupo Escolar Frei Miguelinho, produziu também bons resultados, contava com oficinas de marcenaria, serralheria, funilaria e sapataria.

Na gestão de Antonio de Souza, também houve investimento no Ensino Superior, foi criada a Escola de Farmácia pelo Decreto nº 192, de 8 de janeiro de 1923. As aulas foram iniciadas em abril do mesmo ano e contavam com quatro matriculados¹⁸ e vinte e três ouvintes. Sobre o corpo docente, lê-se na fala do governador: “Comquanto sem nenhuma dotação, não foi difficil encontrar medicos e pharmaceuticos, dos mais conhecidos e conceituados da capital, que se incumbiram da regencia das cadeiras do curso, facto lisonjeiro que certifica o patriotismo e o desinteresse desses profissionaes” (MENSAGEM, 1923, p. 15). As aulas aconteciam no prédio do Atheneu. Já o Atheneu finda o ano de 1923 com frequência muito reduzida. Com este panorama, finda a administração de Antonio de Souza, ao passo que inicia-se a de José Augusto Bezerra de Medeiros.

¹⁸ Aprovados no vestibular.

A instrução publica è a mais urgente necessidade dos regimens democráticos; constitue mesmo a sua razão de ser. De facto, não se comprehende governo do povo pelo proprio povo, sem que a massa geral dos cidadãos tenha o espirito suficientemente esclarecido para poder discernir o que é conveniente ao interesse publico, para poder escolher dirigentes capazes e idoneos, e fiscalisal-os no exercicio de suas funcções. No Rio Grande do Norte, é de justiça affirmar, de algum tempo a esta parte, todos os governos têm primado pelo interesse com que olham para as obras escolares, dando-lhes, no concerto das demais instituições administrativas, a importancia que ellas fazem jus. Organização geral do ensino, edificação escolar, inspecção technica, distribuição de escolas, provimento do professorado, augmento constante do numero de estabelecimentos de educação, tudo tem sido previsto pelas nossas leis e pelos nossos governos, de modo que podemos nos apresentar aos olhos dos outros Estados, como um daquelles em que ha mais perfeita aparelhagem escolar e, na relatividade dos nossos recursos e da nossa população global, maior numero de institutos destinados ao ensino publico. Emquanto estiver na administração do Estado, tudo farei para manter as conquistas que nesse terreno já temos feito e para ampliar ainda mais a acção do Poder Publico, dando sua interferencia directa ou indirecta, ás obras destinadas á instrucção do povo a elasticidade que ellas devem ter até que possam abranger toda a população em idade escolar (MENSAGEM, 1924, p. 34-35).

Este fragmento, da primeira Mensagem proferida por José Augusto, denota bem a importância que a instrução figurava nos discursos das Elites Culturais da Primeira República. O então governador prometia dar continuidade às ações empreendidas por seus antecessores, ressaltando a importância das leis do ensino e do governo republicano, reconheceu que “Estamos vivendo uma hora historica em que a intelligencia e o saber dominam todos os ramos da actividade social” (MENSAGEM, 1924, p. 35). Em 1928, Juvenal Lamartine assume a administração pública potiguar, em sua última mensagem, proferida no ano de 1930, final do recorte temporal desta pesquisa e da Primeira República, o governador anunciou que “Está sendo por demais eficiente o ensino público no Rio Grande do Norte” (MENSAGEM, 1930, p. 51).

Entretanto, apesar dos eloquentes elogios aos números de matrícula e frequência, o governador critica a ausência dos Caixas Escolares, previstos por Lei em 1906, e argumenta que: “No dia em que a escola puder garantir ás crianças pobres o seu material escolar, bem como alguma roupa e calçado, a sua matricula crescerá por certo, e igual a essa matricula será o coeficiente de frequencia (MENSAGEM, 1930, p. 52). E, por conseguinte, enseja que quando isto for possível, acreditando que não num futuro muito remoto, o ensino primário deve ser decretado obrigatório.

Mesmo ao final da Primeira República, a inspeção do ensino permanecia com grande importância no âmbito educacional, é mencionado como esta “[...] vae sendo seriamente encarado o serviço da inspeção escolar” (MENSAGEM, 1930, p. 56).

Nestas inspeções, o inspector de ensino não tem apenas visado os methodos e processos empregados, a matricula e frequencia, mas, igualmente, as condições dos edificios, o mobiliario, o material de ensino e as necessidades que devem ser mais urgentemente remediadas (MENSAGEM, 1930, p. 56).

Nesse sentido, Juvenal Lamartine justifica que a escola precisa ser inspecionada, sem esta ação é impossível ter um ensino organizado, visto que a inspeção mobiliza tanto o professor quanto os poderes públicos para atuarem de forma eficiente. A Mensagem faz menção à crescente participação feminina na docência, em comparação ao número cada vez mais diminuto do componente masculino, sendo esta questão vista de forma negativa.

Em 1930, o Rio Grande do Norte conta com: 21 grupos escolares; 31 escolas reunidas, 128 escolas rudimentares, 36 escolas rudimentares noturnas; 66 escolas subvencionadas; 2 escolas primárias federais; 6 escolas profissionais; 59 escolas primárias municipais; 181 escolas primárias não subvencionadas; o Atheneu (secundário); 2 Escolas Normais. Sendo a matrícula total de 31.987 alunos, este número reflete o desenvolvimento vivenciado pela educação no período, conforme é possível observar na primeira estatística da República, disponível na Mensagem de 1891, no qual o número de matrículas era de 3.464 alunos.

4. Considerações finais

O conhecimento dos processos constitutivos da cultura escolar brasileira é de suma importância para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a educação. De modo que a análise das ações dos governantes do passado, no âmbito da instrução pública, possibilita uma maior compreensão da sociedade atual. Entende-se então que o estudo empreendido contribui para o desenvolvimento do campo da história da educação do Rio Grande do Norte e do Brasil, assim como fomenta o conhecimento das continuidades e rupturas vivenciadas na realidade educacional.

Ao pesquisar a atuação do Estado-Providência no desenvolvimento do ensino na Primeira República, com base na análise das Mensagens do Governo, observou-se que inicialmente a instrução pública ofertada pelo Rio Grande Norte era tida como deplorável e vergonhosa. O ensino ofertado foi duramente criticado, sendo correntemente acentuado que

este não condiz com os esforços do Estado e da Diretoria Geral da Instrução Pública, o que justificou a dissolução da antiga Diretoria, que existia no RN desde o Período Imperial.

Entretanto, foi observado que a partir do ano de 1907, este panorama começou a se transformar com a autorização para a Reforma do Ensino, a Diretoria Geral da Instrução Pública foi reabilitada e foram criados os Grupos Escolares, o que fomentou um novo impulso progressista que resultou na consolidação da cultura escolar no Rio Grande do Norte. Quando a implantação das reformas educacionais forneceram seus primeiros resultados, estes eram noticiados sempre como animadores. Já no último ano estudado, o ensino foi aclamado pela sua eficiência. Desta maneira, pode-se afirmar que na totalidade das Mensagens proferidas pelas elites culturais que governaram o Estado, a valorização da educação enquanto fatora do progresso foi uma constante, o que corresponde à perspectiva do Estado-Providência.

Por fim, entende-se que as elites culturais, através do poder e da influência que exerciam sobre a sociedade, conseguiram incutir no imaginário potiguar a valorização da educação e a necessidade de seu desenvolvimento. A atuação do Estado no período republicano resultou em um considerável avanço no âmbito educacional e na consolidação da cultura escolar.

As fontes históricas utilizadas neste trabalho, ou seja, as Mensagens da administração pública, para além da leitura aqui realizada, são capazes de fomentar diversos estudos voltados para a história da educação, uma vez que abordam diversas temáticas. De maneira que podem ser analisados: a inspeção do ensino, o magistério, os tipos de educação, as instituições escolares, dentre outras temáticas.

5. Referências

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

LIMA, Nestor dos Santos. *Um século de ensino primário*. Natal: Typ. da República, 1927.

LYRA, Anderson Tavares de; MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Alberto Maranhão e a educação republicana no RN (1900 – 1913)*. Anais do VI Encontro Norte e Nordeste de História da Educação – ENNHE. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/viennhe/anais/trabalhos/eixo7/submissao_14712138_030771472992105639.pdf, visualizado em 13 de fevereiro de 2018.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SIRINELLI, Jean François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. *As Elites Culturais*. In: RIOUX, Jean-Pierre. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *A escola da Ordem e do Progresso (Brasil: 1889-1930)*. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 14, n. 24, jul./dez., 2005.

_____. *A carreira do professor primário (1822 – 1889)*. Revista da FAEEBA, Salvador, v.1, n.1, p. 83–91, jan./jun. 1992.

6. Fontes primárias

BRASIL. DECRETO Nº 7, 20 de novembro de 1889. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>, visualizado no dia 3 de maio de 2018.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 6, de 30 de maio de 1892. Autoriza o Governador do Estado a fazer a reforma do ensino. Leis do Congresso (1892-1895). Natal: Typ. d'A República, 1896. p. 13-15.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 18, de 30 de setembro de 1892. Reorganiza a instrução pública do Estado. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Typ. d'A República, 1892.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagens, de 1889 a 1930. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte, visualizado desde 2016 até 07 de maio de 2018.

SÃO PAULO. Decreto nº 27, 12 de março de 1890. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=137755>, visualizado no dia 23 de maio de 2018.